

A CRONOLOGIA DO JARDIM SÃO GONÇALO (TABOR)

uma experiência comunitária de discussão do tempo e espaço

THE CHRONOLOGY OF JARDIM SÃO GONÇALO (TABOR)

a community experience of discussion of time and space

Patricia Laczynski¹

Matheus Gastão de Matos Batista²

RESUMO

Este artigo é resultado do projeto de extensão que levantou, de forma participativa, a cronologia do processo de urbanização da comunidade Jardim São Gonçalo (Tabor), município de São Paulo, definida como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). A história recontada pela população é defendida aqui como processo democrático para a defesa contra as injustiças ambientais. Os primeiros moradores se instalaram na região, localizada na divisa de Itaquera e São Mateus, logo atrás do Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo, nos anos 1980 e, desde então, eles enfrentam as inundações e fragilidades ambientais em épocas de chuvas. A Prefeitura Municipal de São Paulo viabilizou em 2019 a remoção e a mudança de várias famílias para unidades habitacionais de um conjunto de apartamentos construídos via Programa Minha Casa Minha Vida. Para além das famílias que foram removidas, a comunidade luta por melhorias nas condições de moradia. Do ponto de vista metodológico, o levantamento das informações e a elaboração da cronologia, por meio da reconstrução das memórias individual e coletiva dos moradores da comunidade do Jardim São Gonçalo (Tabor), foram a observação livre, conversas, entrevistas e a realização de uma oficina. Também foram lidos e analisados documentos oficiais e legislação pertinente ao processo de urbanização com impacto no município de São Paulo. A abordagem teórica considerou em especial o conceito de justiça ambiental, de Acseelrad, o qual defende que o combate à degradação ambiental precisa estar atrelado à participação democrática da sociedade. Ademais, a extensão aqui não se resume, como defende Paulo Freire, ao ato de estender conhecimento, mas como processo de educação popular, aprofundando a tomada de consciência sobre a realidade, passo importante para a sua transformação. Por fim, foi construído um sítio na internet com a reprodução da referida linha do tempo e de registros fotográficos diversos.

¹ Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – São Paulo, SP, Brasil. Doutora em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) – São Paulo, SP, Brasil. E-mail: plsouza@unifesp.br.

² Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, SP, Brasil. Graduado em Geografia pela USP.

Palavras-chave: Extensão universitária; Participação; Cronologia do território; Urbanização; Política de habitação.

ABSTRACT

This article is the result of an extension project that collaboratively raised the chronology of the urbanization process of the Jardim São Gonçalo (Tabor) community, located in the municipality of São Paulo, defined as a Special Zone of Social Interest (ZEIS). The history retold by the population is defended here as a democratic tool for the defense against environmental injustices. The first residents settled in the region, located on the border of Itaquera and São Mateus, just behind the Municipal Natural Park Fazenda do Carmo, in the 1980s, and since then, they have faced floods and environmental vulnerabilities during the rainy seasons. The Municipal Government of São Paulo enabled in 2019 the removal and relocation of several families to housing units in a set of apartments built through the “Minha Casa Minha Vida” program. Beyond the families that were removed, the community fights for improvements in housing conditions. From a methodological point of view, the gathering of information and the development of the timeline, through the reconstruction of the individual and collective memories of the residents of the Jardim São Gonçalo (Tabor) community, involved free observation, conversations, interviews, and the conducting of a workshop. Official documents and legislation relevant to the urbanization process impacting the municipality of São Paulo were also read and analyzed. The theoretical approach particularly considered Acselrad's concept of environmental justice, which argues that combating environmental degradation must be linked to the democratic participation of society. Furthermore, extension here is not limited, as Paulo Freire argues, to the act of extending knowledge, but rather as a process of popular education that deepens awareness of reality, an important step for its transformation. Finally, a website was created with the reproduction of the mentioned timeline and various photographic records.

Keywords: Outreach; Social participation; Chronology of the territory; Urbanization; Housing policy.

A COMUNIDADE JARDIM SÃO GONÇALO (TABOR) E O CONCEITO DE JUSTIÇA AMBIENTAL

Localizada na zona leste de São Paulo, mais especificamente na divisa entre o distrito de Iguatemi (Subprefeitura de São Mateus) e Parque do Carmo (Subprefeitura de Itaquera), a comunidade Jardim São Gonçalo (Tabor)³ é definida, segundo o Plano Dire-

3 O Jardim São Gonçalo é um bairro na divisa de São Mateus e Itaquera. Do lado de São Mateus, o bairro está urbanizado. No entanto, a ocupação que cresceu do lado de Itaquera, extensão do bairro, é conhecida por Jardim São Gonçalo ou Tabor (nome dado à ocupação por estar localizada ao lado do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto (Bompar Tabor), entidade católica importante na região). Os moradores se identificam mais com o primeiro nome, mas pelas documentações da Prefeitura Municipal de São Paulo, a ocupação é denominada como Tabor. Por isso, os autores optaram, no presente artigo, por chamar a comunidade de Jardim São Gonçalo (Tabor).

tor Estratégico do município de São Paulo (São Paulo, 2014), como uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) do tipo 1. Em sua maioria, as moradias são do tipo autoconstrução, em uma área onde não ocorreu planejamento urbano prévio. Segundo o Plano Municipal de Habitação de 2009 a 2024, a área é considerada assentamento do tipo favela (São Paulo, 2010). Essas comunidades dividem suas angústias e desafios com um trecho do Rio Aricanduva quando, em período de chuva, é frequente a ocorrência de enchentes que atingem os moradores.

A bacia hidrográfica do Rio Aricanduva é extensa, abrangendo boa parte da zona leste de São Paulo. O rio sempre foi um importante ator na região. Segundo Abril (2017), existem registros de sua utilização como uma ligação entre cidades e vilas no século XVIII. Já atualmente, a marginal Aricanduva corresponde a uma das principais vias arteriais da zona leste de São Paulo.

Visando sanar a questão da habitação na região da comunidade do Jardim São Gonçalo (Tabor), a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) lançou uma nova etapa de planejamento urbano: foram projetadas obras no trecho do Rio Aricanduva onde se localiza a comunidade. Estas obras estão no escopo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Drenagem Aricanduva. O processo implicou a remoção de aproximadamente 800 famílias que vivem às margens do rio Aricanduva, em lugares com risco de enchentes e desabamentos.

Em fevereiro de 2019, a PMSP iniciou um processo de remoção e realocação de famílias residentes das quatro comunidades: Jardim São Gonçalo (Tabor), Piscinão Aricanduva II, Lupércio de Souza Cortez e Tanque (áreas às margens do Rio Aricanduva e vizinhas),

com riscos de desabamento e enchentes. O que justificou as remoções foi o projeto de macrodrenagem previsto para um segmento do Rio Aricanduva e a instalação de um parque linear.

O Jardim São Gonçalo (Tabor) chama a atenção por ser um território por onde se inter cruzam vários elementos de análise e que impactam cotidianamente os seus moradores: inundações, moradias precárias, presença do poder público, remoções e participação social. No entanto, percebeu-se que a comunidade ainda precisava se auto-organizar e se fortalecer socialmente diante do cenário aqui apresentado, que pode ser expresso pelas suas desigualdades ambientais e pela necessidade de se promover justiça ambiental.

Para Acseirad (2002), o combate à degradação ambiental deve ser também um momento de democratização, em que a sociedade se torna capaz de se defender das injustiças ambientais. As opressões de classe, raça e gênero estão diretamente relacionadas às injustiças ambientais, tornando impossível dissociá-las. A ideia de justiça, segundo o autor, está relacionada a uma distribuição justa e equitativa dos recursos e benefícios ambientais, considerando também as diferenças qualitativas do meio ambiente. Nesse sentido, a interatividade entre os diferentes elementos ambientais não implica que todos sejam tratados de maneira uniforme ou indivisa. Em vez disso, a denúncia das desigualdades ambientais aponta para a distribuição desigual dos recursos naturais e das condições ambientais, que são fragmentadas de forma injusta e não equitativa, resultando em uma divisão do meio ambiente de maneira desproporcional e prejudicial a certos grupos sociais (Acseirad, 2002).

Para contribuir com a produção coletiva de conhecimento a respeito da comunidade e

de fortalecimento da organização social, surgiu, no final de 2021, o projeto de extensão “Resgate cronológico das ocupações e obras na comunidade São Gonçalo (Tabor)”, que consistiu em elaborar, de forma participativa, uma análise cronológica do processo de urbanização da comunidade Jardim São Gonçalo (Tabor). Para isso, foi construído um sítio da internet (Imagem 1), que contém uma linha do tempo e fotografias, com o intuito de balizar e auxiliar a população acerca de seus direitos durante essas obras.

Levando em consideração que um dos elementos formadores do espaço é, segundo Santos (2020), a acumulação de tempo e história, e que “a história é a uma totalidade em movimento, um processo dinâmico cujas partes colidem continuamente para produzir cada novo momento” (Santos, 2020, p. 71), a reconstituição e recuperação da história são formas de humanização e combustíveis para a mobilização e bases comunitárias.

Figura 1. Foto aérea da comunidade Jardim São Gonçalo (Tabor) na página inicial do sítio da Internet



Fonte: acervo CPA Tabor.⁴

Com o objetivo de construir coletivamente com a comunidade instrumentos democráticos para a defesa contra as injustiças ambientais, e partindo do entendimento de extensão (ou comunicação) conforme Paulo Freire (2021), todo o processo de levantamento da história de urbanização do Jardim São Gonçalo (Tabor) foi realizado de forma participativa e em uma perspectiva de educação libertadora. Segundo Freire (2021), todo

o esforço de educação popular deve permitir que os homens aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão, por meio da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens (Freire, 2021). Para o autor, o aprofundamento da tomada de consciência provoca a superação do conhecimento se desdobrar em ação transformadora da realidade.

⁴ Disponível em: sites.google.com/unifesp.br/linha-sao-goncalo/p%C3%A1gina-inicial?authuser=0. Acesso em: 28 fev. 2025.

Extensão aqui, portanto, não é algo que se reduz à pura ação de estender em que o conteúdo estendido se torna estático. Não há intenção alguma de simplesmente apresentar a história da comunidade, sem revelar ou desvelar, aos indivíduos, uma presença desses conteúdos estendidos (Freire, 2021). A extensão universitária foi, pelo contrário, baseada em um processo de educação popular. Para Freire,

educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isso sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (Freire, 2021, p. 25).

2. A CRONOLOGIA: UM APORTE OPERACIONAL

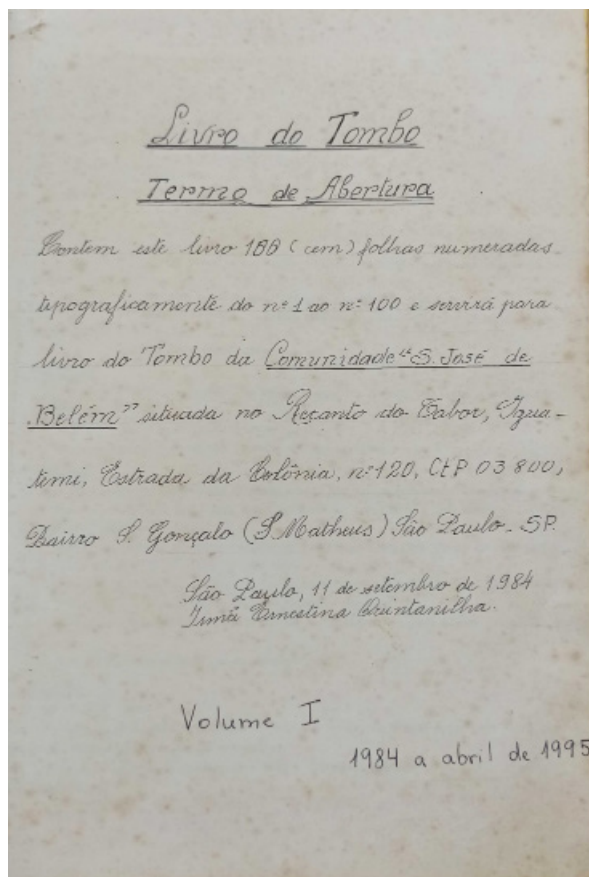
A construção da cronologia do processo de urbanização do Jardim São Gonçalo (Tabor) partiu de conversas e entrevistas nos anos de 2021 e 2022 com diferentes moradores e trabalhadores locais, o que permitiu o levantamento de elementos para (re)contar a história do processo de urbanização do local.

As conversas realizadas para levantamento das informações partem de uma concepção metodológica de que o pesquisador faz parte do tema e, ao mesmo tempo, do campo de pesquisa, formado por pessoas, eventos, lugares, histórias que se entrelaçam. Para Spink (2008), campo-tema pode ser traduzido como “a ideia social da importância de um conjunto de preocupações e o argumento a favor da utilidade de uma expressão específica como forma de referenciar, vincular e relacionar eixos e assuntos relacionados” (Spink, 2008, p. 73).

A pesquisa começou com uma conversa com a diretora do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto (Bompar) Tabor, entidade criada por freiras católicas. Ela apoiou a realização da pesquisa e abriu os cadernos de registro das antigas Irmãs – Irmandade de São José de Chambéry –, que construíram esse centro (Imagem 2). Afora a história da instituição, a diretora do Bompar Tabor mostrou fotografias da instituição dos anos entre 1983 e 1996. Foram selecionadas fotografias para serem inseridas no sítio da internet com a linha do tempo da comunidade, a partir de dois critérios: retratar tanto o Bompar Tabor como o território da comunidade ao longo dos anos 1980 e 1990; e não constar imagens de pessoas, para garantir a privacidade delas. Em seguida, o presidente do Centro de Profissionalização de Adolescentes (CPA) foi entrevistado. Ele contou a história desse outro equipamento relevante da comunidade e mostrou fotografias tiradas ao longo da sua história.

Durante esse processo, foram realizadas conversas com quatro moradores que, além de viverem no Jardim São Gonçalo (Tabor) desde crianças (décadas de 1980 e 1990) e testemunharem o crescimento da comunidade, trabalham atualmente como empregados do Bompar Tabor. Foram relatos contados ao longo de caminhadas pelas vielas, ao lado do rio ou mesmo visitando o campo de futebol. Naquele momento, havia uma equipe trabalhando na canalização do rio e nos muitos entulhos das casas demolidas pela prefeitura.

Figura 2. Termo de Abertura do Livro Tombo da Comunidade "São José de Belém", volume I



Fonte: Livro Tombo da Comunidade "São José de Belém", volume I.

Os moradores quase não têm fotografias, levando em conta que era muito caro ter uma máquina fotográfica, comprar filmes e pagar pela sua revelação. As poucas fotografias obtidas são do Centro Bom Parto, do CPA e de uma moradora, antiga liderança social na região, que montou a associação de moradores do Jardim São Gonçalo (Tabor) nos anos de 1990. Além das conversas e entrevistas realizadas entre fevereiro e março de 2022, foram utilizadas transcrições de oito entrevistas realizadas em 2021 com moradores, ex-moradores, trabalhadores e apoiadores do Jardim São Gonçalo (Tabor)⁵. Algumas dessas pessoas foram novamente contatadas e puderam re-

latar mais sobre acontecimentos, eventos e momentos que elas achavam importantes.

Após o levantamento de informações de alguns sujeitos que participaram da construção desse território, foi realizado um primeiro exercício de elaboração de uma linha do tempo. Esse material contou também com consultas a leis e estudos sobre o processo de urbanização do município de São Paulo. A última etapa da pesquisa foi a realização de uma oficina participativa sobre urbanização do Jardim São Gonçalo (Tabor), no dia 27 de agosto de 2022 (Imagem 3). A oficina teve duração de quatro horas, e participaram 17 pessoas (Imagem 4), entre moradores/as, colaboradores/as e trabalhadores/as da comunidade.

Figura 3. Carta de divulgação da Oficina Participativa sobre Urbanização do Jardim São Gonçalo (Tabor)



Fonte: Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto - Tabor.

⁵ Essas entrevistas fazem parte de uma pesquisa feita anteriormente por docentes e discentes do mesmo grupo de pesquisa e do projeto de extensão.

Com os objetivos de discutir o processo de urbanização da comunidade do Jardim São Gonçalo (Tabor), o conceito de ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), o papel do Con-

selho Gestor de ZEIS e a linha do tempo do processo de urbanização da comunidade, além de palestras sobre esses temas, foi realizada uma atividade em grupos.

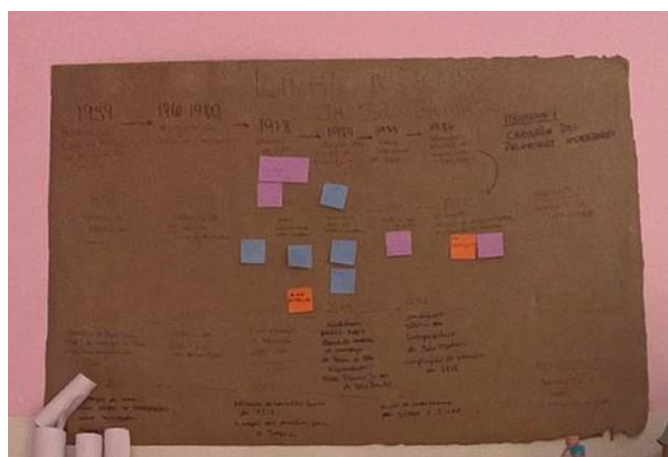
Figura 4. Oficina Participativa sobre Urbanização do Jardim São Gonçalo (Tabor) em agosto de 2022



Fonte: elaborado pelos autores.

Durante a atividade, a linha do tempo foi reproduzida em um cartaz de papel craft (Imagem 5). Os pesquisadores solicitaram aos moradores que registrassem e contassem suas experiências e ideias acerca dos fatos descritos.

Figura 5. Linha do Tempo do Jardim São Gonçalo (Tabor) em papel craft



Fonte: elaborado pelos autores.

Para isso, a linha do tempo foi pensada em quatro fases: momento de chegada dos primeiros moradores (até final dos anos 1980, início dos anos 1990); crescimento da comunidade (anos 1990); luta e conquistas da comunidade (anos 2000); e remoções (2014 em diante). Por fim, foi realizada uma discussão coletiva levando em consideração as discussões sobre direitos, instrumentos urbanísticos, participação popular e a história do Jardim São Gonçalo (Tabor). Ademais, essa oficina foi um importante momento de aproximação dos moradores com os pesquisadores-extensionistas. Tratou-se, sobretudo, de um espaço de acolhimento, de modo que os moradores se expressaram de forma autônoma e fluída, relatando suas incertezas e reflexões acerca das obras realizadas pela PMSP em sua área.

3. A CRONOLOGIA DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO JARDIM SÃO GONÇALO (TABOR)

Esta seção do texto está dividida em quatro partes, com a descrição de acontecimentos e vivências que estão apresentadas no sítio da internet da linha do tempo do Jardim São Gonçalo (Tabor).

3.1 PRIMEIRA PARTE: A CHEGADA DOS PRIMEIROS MORADORES

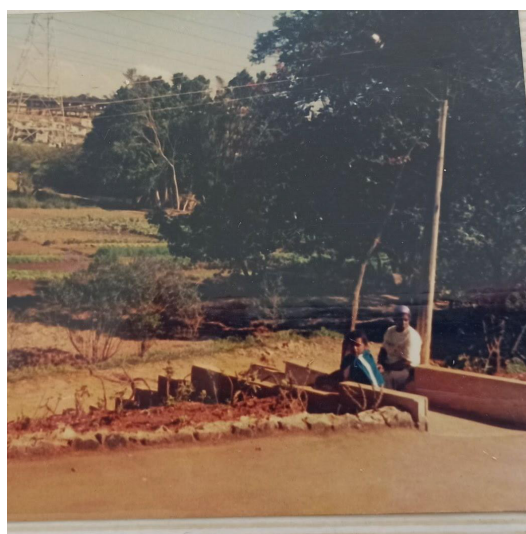
Não se sabe ao certo quem foram e quando chegaram os primeiros moradores do que hoje é chamado Jardim São Gonçalo (Tabor). O registro mais antigo obtido ao longo da pesquisa relata que, em 1954, foi fundada a Casa de Retiros do Recanto do Tabor, ligada à Igreja Católica, onde hoje se localiza o Bompar Tabor (Imagem 6).

Na mesma rua onde estava situada a Casa de Retiros do Recanto do Tabor (Estrada da Colônia), mais próximo do Rio Aricanduva, funcionava a antiga escola São João Evangelista. Em 1978, a escola mudou de endereço e seu prédio foi cedido para um grupo de lideranças sociais (ligados à Igreja Católica) que criou o Centro de Profissionalização do Trabalhador (CPT). Com a aquisição de máquinas operatrizes, o CPT oferecia formação em uma área específica da mecânica, além de ser um espaço de luta e resistência, onde se discutia política e cidadania.

Por volta da década de 1980, chegaram os primeiros moradores, a maioria migrante do Nordeste, buscando novas oportunidades de emprego em São Paulo. Nessa época, a maioria das moradias era improvisada e construída sobre áreas de brejo, onde os próprios moradores aterraram a várzea do rio.

A Casa de Retiro do Tabor foi descontinuada no ano de 1983 e, no ano seguinte, quatro irmãs da Irmandade de São José de Chambéry dão início a uma série de serviços, entre os quais as escolas de educação básica, os cursos técnicos e a ajuda de custos e alimentação para os moradores do entorno, afora terem contribuído diretamente com as primeiras obras de infraestrutura na comunidade.

Figura 6. Vista do Bompar Tabor



Fonte: Livro Tombo da Comunidade “São José de Belém”, Irmandade de São José de Chambéry, volume 1.

Até 1985, existiam pouquíssimas famílias morando no que hoje é a comunidade. Segundo relatos de alguns moradores mais antigos, havia pouco mais de quatro casas na região. Como nesse momento grande parte do Bompar Tabor era área verde e alagada, a Irmandade iniciou um processo de busca da escritura antiga e da delimitação da área onde ocorreriam as obras, pois havia uma necessidade de construir um muro para proteger o terreno. Segundo o relato do Livro Tombo da Comunidade “São José de Belém”, volume I (folha 22, verso), “Recebemos das Irmãs Franciscanas, nossas vizinhas, a planta de seu terreno o que facilitou ao topógrafo da equipe a localização dos limites. [...] O rio mudou de leito, houve alteração de

terras e parece que o Tabor ganhou com isto uma faixa a mais de terreno".

3.2 SEGUNDA PARTE: DÉCADA DE 1990 E O CRESCIMENTO DA COMUNIDADE

Segundo os relatos de moradores antigos, o início dos anos 1990 foi marcado pelo intenso fluxo de pessoas ocupando as terras vazias. Nessa época, os moradores criavam seus próprios animais como porcos e galinhas, assim como possuíam hortas e pomares. A maior parte dessa produção era direcionada para subsistência dos próprios moradores da comunidade.

Em maio de 1991, houve uma enchente no trecho do Rio Aricanduva que passa pela comunidade. Mais de uma família foi atingida pelas águas. Esses moradores foram encaminhados ao alojamento da prefeitura.

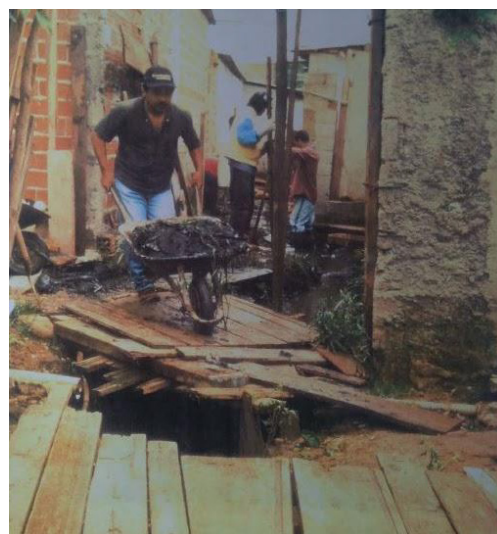
Na metade da década, a comunidade viu a chegada de novos moradores para a região. Os moradores mais próximos ao rio enfrentavam mais problemas estruturais do que as casas próximas à avenida. Grande parte das casas utilizava ligações elétricas improvisadas, também conhecidas como "gato", para obter energia elétrica. Em relação ao esgoto, os próprios moradores construíram galerias para a contenção dos rejeitos (Imagem 7).

A criação de filhos, a infância e o lazer na comunidade, na maioria dos casos, passavam pelo Bompar Tabor ou pelo campo de futebol. Estes eram lugares seguros e tranquilos para as crianças, segundo moradores que viveram a infância na comunidade. O Centro era o local onde elas se sentiam melhor e que possuíam mais liberdade para brincar, aprender e crescer.

Em 1994, após 15 anos, o CPT deixou de ser

um centro voluntário e se transformou no Centro de Profissionalização de Adolescentes (CPA). A essência continuava a mesma, ou seja, era ainda um espaço de formação profissionalizante e de formação humana para a cidadania e política, mas agora voltado a adolescentes. A grande virada se deu com o estabelecimento de um convênio com Prefeitura Municipal que se mantém até os dias atuais.

Figura 7. Construção das galerias para a contenção dos rejeitos pelos moradores



Fonte: Bompar Tabor, década de 1990.

Os moradores relataram que, por volta de 1995, surgiram notícias acerca de uma possível desapropriação na comunidade para a construção de conjuntos habitacionais. Este era o projeto de habitação chamado Cingapura, implantado pelo prefeito da época, Paulo Maluf, que tinha como objetivo a desapropriação de moradias irregulares e a construção de prédios. No entanto, ele foi cancelado devido ao solo da região ser incompatível com o projeto de engenharia.

Em 1999 ocorreu uma das piores enchentes na comunidade. O nível do rio ficou acima de dois metros e houve grande perda material e de vidas. Após esse acontecimento,

não houve mais eventos dessa magnitude. Acredita-se que as enchentes tenham sido atenuadas pelas obras dos piscinões na região do Rio Aricanduva. O primeiro deles foi inaugurado pela PMSP em 24 de novembro de 1999.

3.3 TERCEIRA PARTE: POLÍTICAS URBANAS E CONQUISTAS

Em 10 de julho de 2001, foi aprovada a Lei Federal nº. 10.257, denominada Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), cujo Art. 1º “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”. O principal avanço proporcionado pelo Estatuto da Cidade foram as “milhares de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS (...) demarcadas pelo país afora, permitindo que centenas de milhares de pessoas pudessem continuar vivendo em assentamentos informais consolidados” (Fernandes, 2021, p. 19).

Em 13 de setembro de 2002, a prefeitura de São Paulo promulgou o Plano Diretor Estratégico (PDE), que foi o primeiro plano municipal a ser realizado em um contexto democrático. Uma das principais novidades deste PDE foi a institucionalização das ZEIS no município de São Paulo, ou seja, porções do território destinadas, prioritariamente, à recuperação urbanística, à regularização fundiária e à produção de Habitações de Interesse Social (HIS) ou do Mercado Popular (HMP), conforme artigo 171 do dispositivo (São Paulo, 2002).

Em 2004, foi aprovado a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - Zoneamento nº 13.885, de 25 de agosto (São Paulo, 2004), estabelecendo complementos ao Plano Diretor

Estratégico. Uma das mudanças desse zoneamento foi a criação e primeira delimitação da Zona Especial de Interesse Social - ZEIS-1 L204, onde o Jardim São Gonçalo (Tabor) está inserido.

Elaborado pela Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), o Plano Municipal de Habitação 2009 - 2024 apresenta como principal objetivo o acesso à moradia digna e à segurança social para os moradores do município de São Paulo. Como moradia digna, o PDE da época (São Paulo, 2002) afirma, no parágrafo único de seu artigo 79, que:

Entende-se por moradia digna aquela que dispõe de instalações sanitárias adequadas, que garanta as condições de habitabilidade, e que seja atendida por serviços públicos essenciais, entre eles: água, esgoto, energia elétrica, iluminação pública, coleta de lixo, pavimentação e transporte coletivo, com acesso aos equipamentos sociais básicos (São Paulo 2002).

3.4 QUARTA PARTE: AS REMOÇÕES

Em 9 de janeiro de 2014, foi realizada, na subprefeitura de Aricanduva, uma audiência pública para tratar das questões do licenciamento ambiental das obras de controle de inundações da Bacia do Alto Aricanduva (Sá, 2021).

Esse licenciamento possuía como propostas as seguintes obras na Bacia do Aricanduva: construção de dois reservatórios de retenção, adequação urbanística e reparos em quatro reservatórios existentes; criação de polders (sistemas de proteção de áreas baixas); e implantação de três parques lineares, sendo um deles na área da comunidade Jardim São Gonçalo (Tabor). A intenção era reduzir as cheias ao longo do rio (“um Aricanduva sem cheias”, como foi dito na audiência pública).

Um dos planos apresentados pela PMSP, após as desapropriações das moradias e obras de canalização do rio, seria a ocupação do espaço livre com um parque, o Parque Linear Aricanduva. A região ao redor do rio seria completada com áreas verdes, quadras recreativas e uma ciclovia.

Em 2016, foi realizada uma reunião da PMSP, na subprefeitura de São Mateus, com o objetivo de informar os moradores das comunidades adjacentes ao Rio Aricanduva sobre as obras de remoção e canalização que iriam ocorrer, também informando as propostas de moradia para os moradores que seriam removidos.

A primeira eleição do Conselho Gestor da ZEIS ocorreu em maio de 2019, criando o Conselho Gestor PAC – Aricanduva, tendo sua oficialização pública no Diário Oficial da Cidade de São Paulo em 2 de setembro de 2020, onde consta:

Oficialização da constituição do Conselho Gestor de ZEIS das áreas que compõem o perímetro do PAC Aricanduva cito ZEIS I-L152 correspondente a área Tanque, ZEIS I- L204,

correspondente às áreas Tabor e São Gonçalo e ZEIS I- L300 correspondente às áreas Piscinão Aricanduva II e Lupércio de Souza Cortez. [...] A eleição ocorreu no dia 11 de maio de 2019 conforme Atas de apuração anexas (032478883, 032478899) e foram eleitos seis membros titulares e seis membros suplentes da sociedade civil sendo uma das vacâncias ocupadas por uma Organização da Sociedade Civil atuante nas áreas que compõem o perímetro do Conselho (São Paulo, 2020).

O ano de 2019 foi marcado pela remoção das famílias que moravam próximas ao rio. Esses moradores se mudaram para unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, o conjunto habitacional Safira. Durante conversas, diversos moradores relataram ceticismo em relação às obras; isso porque outros rumores de remoções já circulavam anteriormente.

Em 2022, havia ainda os entulhos das casas demolidas (Imagem 8), os quais, somados ao lixo acumulado, criavam uma situação sanitária péssima para os moradores da comunidade. Além disso, em termos de obras públicas, a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) está construindo a

Figura 8. Casas demolidas e entulhos no Jardim São Gonçalo (Tabor).



Fonte: elaborado pelos autores.

linha 15 (Prata) do metrô e, a pedido da comunidade, realizou conversas com os moradores, em especial os comerciantes da região, para tratar das futuras remoções e obras no entorno. Em relação à participação dos moradores, deu-se início a uma nova formação da associação de moradores da comunidade e houve eleições para uma nova composição do Conselho Gestor de ZEIS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de pesquisa e extensão aqui apresentado teve como objetivo contribuir para o fortalecimento da organização social dos moradores da comunidade do Jardim São Gonçalo (Tabor), zona leste do município de São Paulo, a partir do resgate cronológico das ocupações e das obras desse território. A história recontada pela população é defendida aqui como instrumento democrático para a defesa contra as injustiças ambientais. O percurso do trabalho foi realizado de forma participativa, buscando a construção das informações em diferentes narrativas, vivências e registros que se complementam, resultando na explicitação do processo de produção do espaço urbano.

O entendimento que baseou o projeto é o de que o fortalecimento dos moradores do Jardim São Gonçalo (Tabor), enquanto grupo social, passa pela conquista de mais poder, seja para dialogar com o poder público, seja para agir diretamente em benefício próprio. O resgate da história da comunidade surgiu como uma iniciativa da universidade para estimular a mobilização social de sujeitos que hoje vivem na dependência da vontade do governo de plantão.

A conquista de poder faz-se necessária para superar um modelo de sociedade desigual. A esperança se constrói a partir da ação coletiva de parte da sociedade, que busca resistir

às atrocidades do poder econômico, militar, cultural e político e transformar tal realidade. Segundo Acselrad (2002), existe uma ligação lógica entre o exercício da democracia e a capacidade da sociedade de se defender da injustiça ambiental. A intervenção de movimentos sociais pode ser analisada por duas dimensões do espaço social: o espaço da distribuição do poder sobre as coisas e o espaço da luta discursiva. De acordo com o autor, “os ‘dados’ da desigualdade de poder no espaço social, tal como denunciados pelos atores sociais, ‘já existiam’, mas foi a luta social que lhes deu visibilidade e contestou sua legitimidade; como toda produção simbólica pré-figurativa, as denúncias fizeram ver o que estava não percebido” (Acselrad, 2002, p. 57).

Dessa maneira, a aposta do projeto de extensão foi a de que a construção participativa e ampla da cronologia do processo de urbanização do Jardim São Gonçalo (Tabor) contribuiria com a autocompreensão e, consequentemente, de poder dos seus moradores. Segundo Berth,

Quando assumimos que estamos dando poder, em verdade estamos falando na condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento tanto de si mesmo quanto de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história e, principalmente, de um entendimento quanto a sua posição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor (Berth, 2019, p. 21).

A história foi e continua sendo reconstruída. Como visto, todo o levantamento das informações foi realizado a partir de análises de legislação e de documentos oficiais do poder público, de pesquisa de registros do Bompar Tabor e do CPA, de entrevistas (conversas)

com moradores da comunidade e do resultado de uma oficina participativa.

A oficina representou um momento importante para troca e produção de conhecimento coletivo. Segundo Freire (2021), o conhecimento

exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato (Freire, 2021, p. 28 e 29).

Acerca dessa história, elaborou-se um sítio de internet contendo uma linha do tempo detalhando os momentos da comunidade, com

início no ano de 1954 e passando por processos importantes até os dias atuais. Além dessa linha do tempo, também se produziu uma galeria contendo imagens de diferentes épocas da comunidade.

Uma das maiores satisfações quanto aos resultados dessa pesquisa foi poder notar a potencialidade que o trabalho acadêmico tem de se relacionar com a comunidade, ressaltando a importância e relevância de trabalhos de extensão universitária. Isso ocorreu por conta da produção de um ambiente de acolhimento e escuta ativa, pautado em valorizar e ouvir as opiniões e, por fim, uma produção científica com linguagem e divulgação acessíveis, sempre orientando que os moradores são os principais protagonistas de suas próprias histórias.

REFERÊNCIAS

ABRIL, Marta Juliana. **Piscinões. O projeto de retenção de água pluvial na região metropolitana de São Paulo**. 2017. 123 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.16.2018.tde-18122017-151205>. Acesso em: 15 jul. 2025.

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e meio ambiente**, [S. l.], n. 5, p. 49-60, 2002. DOI: <https://doi.org/10.5380/dma.v5i0.22116>. Acesso em: 15 jul. 2025.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BRASIL. **Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 15 jul. 2025.

FERNANDES, Edésio (Org.). **20 Anos do Estatuto da Cidade: Experiências e reflexões**. Belo Horizonte: Gaia

Cultural - Cultura e Meio Ambiente, 2021. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2021/08/TEXTOFINAL20_anos_do_estatuto_da_cidade-spread.pdf. Acesso em: 15 jul. 2025.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 23ª ed. - Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

SÁ, Júlia Nascimento. **Remoções forçadas na Zona Leste de São Paulo: o caso das famílias removidas em decorrência das obras do PAC Drenagem Aricanduva**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Ambiental) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2020.

SÃO PAULO. **Lei nº 13.430 de 13 de setembro de 2002**. Plano Diretor Estratégico. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-13430-de-01-de-setembro-de-2002>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SÃO PAULO. **Lei nº 13.885 de 25 de agosto de 2004**.

Estabelece normas complementares ao Plano Diretor Estratégico, institui os Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras, dispõe sobre o parcelamento, disciplina e ordena o Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-13885-de-25-de-agosto-de-2004/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SÃO PAULO. **Plano Municipal de São Paulo (PMH) - 2009-2024**. São Paulo, 2010.

SÃO PAULO. **Lei nº 16.050 de 31 de julho de 2014**. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16050-de-31-de-julho-de-2014>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Habitação. **Resultado Final da Eleição do Conselho Gestor PAC – Aricanduva** 6014.2019/0004645-0. Diário Oficial da Cidade de São Paulo. São Paulo, 2020.

SÃO PAULO. Secretaria do Verde e Meio Ambiente. **Parques Lineares**. São Paulo, 2021. https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/index.php?p=222169

SPINK, Peter. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia & Sociedade**, [S. l.], v. 20, número especial, p. 70-77, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000400010>. Acesso em: 15 jul. 2025.

Recebido em: 18.03.2025

Revisado em: 16.06.2025

Aprovado em: 01.07.2025